

Bolsa-Escola reduz evasão de alunos

Fernanda Lambach
de Brasília

df - educação

continuidade a ele, caso seja eleito.

O Programa Bolsa-Escola, conhecido oficialmente como Bolsa Familiar para a Educação, foi implantado pelo governador Cristovam Buarque em 1995 e hoje atende a 21.679 famílias carentes do Distrito Federal. Elas recebem, mensalmente, um salário mínimo.

O Bolsa-Escola tem obtido resultados positivos na redução dos índices de evasão escolar e na melhora do rendimento de grande parte dos beneficiários, crianças que, em sua maioria, traziam um histórico de fracasso na escola.

Por causa da obrigatoriedade de presença, o índice de evasão escolar no Bolsa-Escola é de 0,4%, contra os 7,5% de toda a rede pública do Distrito Federal. O índice de reprovação da Bolsa-Escola é de 8%, contra o de 17,6% da rede. O sucesso tem sido tanto que até o ex-governador Joaquim Roriz, que concorrerá com Cristovam às eleições deste ano, elogia o programa e diz que dará

Em 13 de maio, eram 28.358 as famílias inscritas no Bolsa-Escola. Destas, 21.357 foram selecionadas para receber o benefício. No mesmo mês 255 famílias foram desligadas ou porque já conseguiram superar a situação emergencial que viviam ou porque deixaram de cumprir alguma das regras para fazer parte do programa.

Entre as beneficiadas estão famílias do Paranoá, Varjão, Brazlândia, São Sebastião, Recanto das Emas, Ceilândia, Samambaia, Sobradinho e Planaltina. Outras seis pertencem a projetos especiais. Este mês as inscrições foram abertas em Santa Maria.

As condições para receber a Bolsa-Escola são: ter os filhos entre sete e 14 anos matriculados e frequentando a escola pública; ter frequência escolar mensal de 90%; apresentar renda mínima per capita mensal da família igual ou menor que um salário mínimo; se houver adulto desempregado, ele deverá ser inscrito no Sistema

Nacional de Emprego e ter pelo menos cinco anos de residência comprovada em Brasília.

Segundo a coordenadora técnica do programa, Marisa Pacheco, os recursos vêm da arrecadação fiscal do Governo do Distrito Federal (GDF) e representam menos de 1% de todos os gastos de 1997. Do total de R\$ 4,1 bilhões, apenas R\$ 27,1 milhões foram usados no Bolsa-Escola. Ou seja, 0,655%.

Nilce Portela, moradora do Paranoá, tem quatro filhos matriculados em escolas públicas e recebe um salário mínimo por mês do governo. "Meu marido é pedreiro e vive mais desempregado do que empregado. Tem mês que fazemos milagre com este dinheiro, mas não podemos reclamar. Ajuda muito", diz a mãe de família.

Por causa do Bolsa-Escola, ela teve de participar de aulas de alfabetização do Projeto Saber (Secretaria de Trabalho) e fez curso de salgadeira. "A oportunidade foi muito boa. Não sabia fazer nada e aprendi alguma coisa. Estou trei-

nando em casa para depois oferecer meus serviços", afirma Nilce.

Marisa lembra que dentro da filosofia da Bolsa-Escola, uma mãe deixar de trabalhar para cuidar dos filhos é positivo. "Antes muitas mulheres não deixavam o filho mais velho estudar. Ele ficava cuidando dos menores para que os pais garantissem o sustento da família. Isto está mudando."

A convocação para participar do programa tem sido feita nas escolas públicas do DF. A preocupação em não perder o benefício tem feito com que muitos pais mandem os filhos mais cedo para a escola. "E se antes achavam normal que os de 12, 13 e 14 anos saíssem da escola para trabalhar, agora exigem que fiquem", diz Marisa.

Para complementar o Bolsa-Escola, foi criado o Programa Poupança-Escola. Todo aluno aprovado na rede pública recebe um depósito, anual, de um salário mínimo. O depósito rende juros de caderneta de poupança e pode ser retirado na conclusão do 2º grau.